



# Relvas e a “esquizofrenia” de resolver problemas com velhas receitas

## AUTARQUIAS

**MIGUEL RELVAS**, ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares classifica como “atitude de grande esquizofrenia” tentar resolver os problemas do país com “velhas fórmulas e velhas receitas”. O ministro participou no colóquio sobre a Reforma da Administração Financeira do Estado, promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e pela UMinho, em Braga, e defendeu a necessidade de prosseguir com a reforma administrativa, contrariando a discussão que tem incidido “nos órgãos políticos e não nas competências”, até porque julga que “na relação entre o cidadão e a administração pública não tem havido transparência”.

Relvas denunciou “uma certa esquizofrenia” que afeta a administração local, pois “é a favor de mudanças, mas só para o vizinho”. “Quem faz mudanças ganha inimigos e eu estou cheio deles”, confessou, apontando aos “que querem sair dos problemas usando velhas fórmulas”.

Para justificar as opções tomadas, lembrou o caso dos governadores civis: “Dizia-se

“

“São declarações injustas, inoportunas e particularmente infelizes”.

**Fernando Ruas**  
Pres. ANMP

“Queremos mudanças, mas para melhor. Não leis que são disparatadas e só complicam”.

**Mário de Almeida**  
Pr. C. V. Conde

“Não faz sentido que seja a partir de Lisboa que a STCP seja gerida.”

**Rui Rio**  
Presidente da Câm. do Porto

que não se podia viver sem eles. Não foram nomeados e alguém se lembra?”

Mas Relvas entende que “as parcerias público-privadas são responsáveis por uma parte significativa da situação em que Portugal se encontra”. Guilherme Oliveira Martins foi mais longe e considerou que as PPP “são figuras criadas para promover a opacidade para não se saber muito bem quando pagar e quanto. Na partilha real de risco não pode ser sempre o Estado a assumir.”

### Rio admite regionalização

Rui Rio começou por argumentar “se o problema da dívida pública fossem as autarquias, estaríamos em condições de emprestar dinheiro à Alemanha”, lembrando que a parte que toca às autarquias é de oito mil milhões, em 200 mil milhões. Mostrando-se capaz de mudar de opinião, à favor da regionalização (desde que “alterados os pressupostos e se prove que haverá poupança”), o presidente da Câmara do Porto mostrou-se contra a criação de estruturas regionais “para fazer barulho contra os mouros”, mas favorável quando toca a “competências com escala própria”.

**PEDRO VILÁ-CHÁ**